

A saúde na fronteira seca Brasil-Argentina



Organizadores:

Maria de Lourdes de Souza
Sirlei Fávero Cetolin
Ana Maria Martins Moser
Ademir José Zimmerman
Marisa Lucena Branco
Vanessa Murta Rezende

**A saúde na fronteira seca
Brasil-Argentina**

Maria de Lourdes de Souza
Sirlei Fávero Cetolin
Ana Maria Martins Moser
Ademir José Zimmerman
Marisa Lucena Branco
Vanessa Murta Rezende
(Organizadores)

A saúde na fronteira seca Brasil-Argentina

Editora Boiteux
Florianópolis, 2008

Ficha catalográfica

S27 A saúde na fronteira seca Brasil-Argentina. / Maria de Lourdes de Souza...
[et al.] (org.). - Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.
236 p.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7840-006-4.

1. Fronteiras. 2. Política de saúde - aspectos sociais.
3. Globalização - aspectos sociais. 4. Saúde - aspectos legais.
I. Cetolin, Sirlei Fávero. II. Moser, Ana Maria Martins. III.
Zimmerman, Ademir José. IV. Branco, Marisa Lucena. V.
Rezende, Vanessa Murta. VI. Título.

CDU 614.79

Catálogo na publicação por: Aline Cipriano Aquini CRB-14/961

EDITORA FUNDAÇÃO BOITEUX

Conselho Editorial: Prof. Aires José Rover
Prof. Arno Dal Ri Júnior
Prof. Carlos Araujo Leonetti
Prof. Orides Mezzaroba
Prof^a. Thais Luzia Colaço

Secretária Executiva: Meiri Regina Anderle

Projeto gráfico: Dr^a Maria de Lourdes de Souza
Revisão Português: Paulo Scarduelli, Jornalista
Revisão de bibliografia: Antonio Carlos Lopes
Diagramação: Carlos Alberto Leal da Costa
Capa: Dr^a Maria de Lourdes de Souza e Carlos Alberto Leal da Costa

Apoio: Rede de Promoção do Desenvolvimento da Enfermagem



Impressão: Maboni Promoções, Eventos e Turismo Ltda - (48) 3028-6526
E-mail- impressos@familianet.com.br

Endereço: UFSC - CCJ - 2º andar - Sala 216 - Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 6510 - CEP: 88036-970 - Florianópolis - SC
Tel./Fax: 3233-0390 (Ramal 201) - E-mail: livraria@funjab.ufsc.br
Site: www.funjab.ufsc.br

Nossa homenagem aos Municípios



Prefeitura Municipal
de Bandeirante



Prefeitura Municipal
de Belmonite



Prefeitura Municipal
de Dionísio Cerqueira



Prefeitura Municipal
de Guaraciaba



Prefeitura Municipal
de Itaipiranga



Prefeitura Municipal
de Paraisópolis



Prefeitura Municipal
de Princesa



Prefeitura Municipal
de Santa Helena



Prefeitura Municipal de
São José do Cedro



Prefeitura Municipal
de Tunápolis



Marco da fronteira Brasil- Argentina

3.1 Histórias da fronteira seca no contexto do Mercosul

*Sirlei Fávero Cetolin
Maria Isabel Barros Bellini
Vanessa Murta Rezende
Alessandra Santos Araújo*

A fronteira Brasil-Argentina foi a última do sul a ser definida por tratado (1898) e posteriormente demarcada (1901/1904). Na América Latina, este é o lugar onde se pode estar em dois países e três localidades ao mesmo tempo, sendo do Brasil os estados do Paraná e de Santa Catarina e, da Argentina a província de Misiones.

Vários são os motivos que marcam o final do século XX e o início do Século XXI, provocando mudanças no panorama internacional. A sociedade está se modificando na sua base material devido principalmente à revolução tecnológica.

O ritmo acelerado da revolução tecnológica, concentrada nas tecnologias da informação, está remodelando a base material da sociedade. As economias mundiais passaram a manter dependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade e criando-se a noção de uma sociedade global da informação, produto de uma nova construção geopolítica (MATTELART, A.; MATTELART, M. 2003).

O avanço da globalização das economias forçou uma inter-relação mundial entre a economia, o Estado e a sociedade. No entanto, não existe unanimidade na aceitação das

mudanças do novo papel do Estado, e as interpretações não são coincidentes entre os interessados e os preocupados com essa situação:

Alguns acentuam a dispersão de recursos e de competências nos processos decisórios, entre plurais atores públicos e privados; outros acentuam o desdobramento do poder em diferentes níveis e jurisdições decisórias - conforme o modelo espacial da "escala do poder", local, nacional, regional, global, ou conforme o modelo dos subsistemas funcionais relativamente autônomos (saúde, educação, trabalho, transporte), sustentado pelas teorias do Estado organizacional (KNOKE), que concebe o poder como atualmente "distribuído" em "domínios organizacionais" relativamente autônomos. (GONZÁLEZ GÓMEZ, 2001, p. 15).

Reitera-se que existem ainda muitas discrepâncias importantes entre os países membros do Mercosul, tanto no marco normativo quanto no de políticas e instrumentos de proteção contra violações e de garantias para o exercício de determinados direitos. É fundamental, então, que se promovam amplos debates entre as organizações que representam a sociedade civil e os governos, a fim de estabelecer um consenso sobre o acesso aos direitos básicos que devem ser respeitados tanto no Brasil quanto nos demais países. Nesse sentido, é importante fazer referência ao processo de universalização da democracia às barreiras discriminatórias as quais acabam por ceder espaço a reorganizações políticas, fazendo emergir blocos econômicos em diferentes regiões do planeta, como a União Européia, o Nafta e a Bacia do Pacífico. No contexto da América Latina, surge o Mercosul, que integra economicamente a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai.

No aspecto financeiro, Ianni (2001) lembra que o dinheiro dos investimentos começa a circular para além de fronteiras nacionais, buscando melhores condições e maiores mer-

cados. Grandes corporações internacionais passam a liderar uma nova fase de integração dos mercados mundiais: é a chamada globalização da economia. Nesse contexto, surge a divisão política entre os blocos soviético e norte-americano que se modifica com o fim da Guerra Fria. Assim, uma nova ordem econômica estrutura-se em torno de outros centros de poder: os Estados Unidos, a Europa e o Japão.

Em torno desses centros, segundo Ianni (2001), são organizados os principais blocos econômicos supranacionais que facilitam a circulação de mercadorias e de capitais. A União Européia integra a maior parte dos países europeus; a APEC - Associação de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico - congrega o Japão, a China, países da Indochina e da Oceania; o NAFTA - Acordo de Livre Comércio da América do Norte - une os mercados do Canadá, Estados Unidos e México.

A formação dos megablocos regionais é uma tendência internacional que leva a Argentina e o Brasil a pensar na formação de um bloco sul-americano; e, a partir de 1985, sucedem-se encontros entre os presidentes dos dois países para discutir um programa de integração e cooperação econômica. Em 1991, Uruguai e Paraguai aderem ao projeto; e, em janeiro de 1995, o Mercosul começa a funcionar oficialmente.

A seguir, alguns fatos relevantes no contexto de municípios localizados na fronteira seca Argentina/Brasil, no quadro 1 apresentado visualiza-se como foi se estruturando a proposta de integração dos países através da criação do Mercosul.

A proposta inicial de criação do Mercosul prevê a formação de uma União Aduaneira, ou seja, a criação de uma região de livre comércio com o fim das tarifas alfandegárias entre os quatro países. Prevê, também, uma taxação comum para os produtos importados de países de fora do Mercosul.

E, em longo prazo, visa à criação de um mercado comum, com livre circulação de bens e de serviços entre os países membros, bem como uma maior integração cultural e

Ano / Local	Fatos relevantes
1986 / Brasil –Argentina	O presidente brasileiro José Sarney realiza visita de Estado à Argentina e assina com Raúl Alfonsín, presidente argentino, a Ata de Integração Brasil – Argentina, que estabelece um Programa de Integração e Cooperação Econômica, e o Protocolo de Cooperação Nuclear, que reafirma os propósitos pacíficos da cooperação bilateral nessa área. Firma-se, na ocasião, que o Uruguai será convidado formalmente a associar-se ao Brasil e à Argentina no processo. No mesmo período, Resolução da ONU, proposta pelo Brasil, aprova a declaração da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul-ZPCAS (outubro) Brasil: Assinatura da Ata de Amizade, em Brasília, durante encontro entre presidentes da Argentina, do Brasil e do Uruguai (dezembro).
1988 / Brasil	Promulgada nova Constituição. O Parágrafo único do Artigo 4º determina que o Brasil busque a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, "visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações" (outubro). Brasil/Argentina: celebrado, em Buenos Aires, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e a Argentina, consolidando o processo de aproximação bilateral e estabelecendo mecanismos para a criação de um espaço econômico comum no prazo máximo de 10 anos (novembro).
1989 / Paraguai	O golpe de estado termina com o regime de 35 anos do general Alfredo Stroessner (fevereiro). Argentina: Carlos Saúl Menem é eleito presidente na Argentina e assume o governo em meio à profunda crise econômica (maio). Brasil: Fernando Collor de Mello eleito presidente (dezembro).
1990 / Brasil –Argentina	Os presidentes Fernando Collor de Mello e Carlos Saul Menem assinam a Ata de Buenos Aires, pela qual o Brasil e a Argentina decidem formar o mercado comum bilateral até 31 dez de 1994 (julho). Os dois países assinaram depois com a ALADI o Acordo de Complementação Econômica nº.14 sobre o programa de liberalização comercial (dezembro). Brasil/Argentina: assinada, em Foz do Iguaçu, Declaração sobre Política Nuclear Comum, entre Brasil e Argentina, que cria sistema comum de contabilidade e controle (novembro).
1991 / Argentina –Brasil-Paraguai-Uruguai	Celebrado o Tratado de Assunção, para a constituição de um Mercado Comum do Cone Sul, o Mercosul (26 de março). Mercosul: concluído o Acordo 4 + 1, relativo a comércio e investimentos, entre os Estados Unidos e os países do Mercosul, conhecido por Rose Garden Agreement (19 de junho). Mercosul: I Reunião de Cúpula do Mercosul-CMC, na qual os quatro presidentes dos países-membros aprovam o Sistema de Solução de Controvérsias do bloco, conhecido como Protocolo de Brasília. (17 de dezembro). Argentina: o Plano Cavallo de estabilização econômica (abril).
1992 / Brasil	Realizada a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (junho). Brasil: Devido às denúncias de corrupção, a Câmara dos Deputados aprova o processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, que é afastado do cargo. O vice-presidente Itamar Franco assume o poder (setembro). Mercosul: aprovação do Cronograma de Las Leñas para o cumprimento dos compromissos fixados no Tratado de Assunção (14 de outubro).
1994 / Brasil	Aprovado o Protocolo de Colônia para a promoção e proteção recíproca de investimentos no Mercosul (17 de janeiro). Mercosul: aprovado o Protocolo de Ouro Preto, sobre aspectos institucionais, que modifica parcialmente o Tratado de Assunção e confere personalidade jurídica internacional ao Mercosul (17 de dezembro).
1995	Entrada em vigor da União Aduaneira, com a adoção da TEC, Tarifa Externa Comum (1º de janeiro). Permanecem válidas, entretanto, listas nacionais de exceção para produtos sensíveis, a serem definitivamente eliminadas entre 2001 e 2006, ao final do período de transição para uma união aduaneira completa.
1996 - Argentina	Assinado, em San Luis, Argentina, durante a X Reunião de Cúpula do Mercosul, Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Chile, que passa a ser membro-associado do agrupamento regional (25 de junho). Mercosul-Bolívia: firmados, em Fortaleza, entendimentos visando à conformação de uma Área de Livre Comércio entre o Mercosul e a Bolívia (17 de dezembro)
1998	Assinatura, durante a XIV Reunião de Cúpula do Mercosul, do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático (24 de julho). Brasil: Fernando Henrique Cardoso é reeleito para novo mandato presidencial (outubro).
1999	Mercosul-EU: Entra em vigor o Acordo Quadro Inter-Regional de cooperação (1º de julho de 1999) e institui-se o Conselho de Cooperação (16 de novembro de 1999). Brasil: Governo brasileiro aprova medida em que se abandona o sistema de câmbio fixo, permitindo a flutuação da moeda frente ao dólar (janeiro de 1999)
2000	Mercosul-África do Sul: Projeto de Acordo Quadro para a criação de uma área de livre-comércio entre as regiões (junho de 2000). Mercosul: O Conselho do Mercado Comum decide incluir no calendário escolar dos Estados-Parte o dia 26 de Março como o Dia do Mercosul, sendo esta data referência à data de assinatura do Tratado de Assunção (junho de 2000). Brasil: O país sobe no ranking de desenvolvimento humano, da ONU.
2001 / Argentina	Após tentativas frustradas de tirar o país da recessão, mantendo a paridade cambial segundo a política econômica ditada por Domingo Cavallo, o Presidente Argentino Fernando De La Rúa assina sua renúncia (20 de dezembro de 2001).
2002 / Brasil- Porto Alegre	Tem início o II Fórum Social Mundial, o maior evento anti-globalização neoliberal com a participação de ONGs, partidos políticos e personalidades mundiais (31 de janeiro de 2002).

Fonte: BRÁSIL (2005)

Quadro 1 – Fatos relevantes no histórico do Mercosul

educacional. “Não se tratam mais de instâncias autônomas que se relacionam de uma determinada maneira, influenciando-se reciprocamente, mas mantendo cada uma sua identidade” (VIEIRA, 1997, p. 71).

O Mercosul poderá ser visto como campo possível de aproximação entre culturas distintas. E, uma cultura é representada não apenas por bens materiais, mas também por aqueles que não têm materialidade, ou seja, bens imateriais ou intangíveis. Por isso, partimos do pressuposto de que é preciso observar as formas como cada uma das culturas realiza suas mediações face à internacionalização, para entendermos como conseguem se fortalecer no mercado internacional; depois, suspeitamos que a operacionalização das políticas públicas, levando-se em conta as distinções territoriais, lingüísticas e culturais, tende a surtir mais efeito no que concerne à valorização da historicidade local (SOUZA, 1997).

Embora os países sejam organizados economicamente, sofrem influências da ideologia política existente em cada Estado Nacional e possuem acesso facilitado (ou dificultado) conforme a sua proximidade relativa de poder. Portanto, é tarefa urgente no âmbito do Mercosul, a procura de uma forma de compreensão da dinâmica das transformações culturais em curso nos países, em específico na Argentina e no Brasil, que possam, por um lado, respeitar e fomentar por meio, por exemplo, de políticas públicas, as expressões da diversidade existente e, por outro, fortalecer os vínculos identitários capazes de garantir coesão simbólica e política à desigual e conflituosa realidade social existente (SOUZA, 1997).

Lembramos que a isso se somam os recentes processos de enraizamento da democracia, tanto no Brasil quanto na Argentina, e o correlato alargamento dos espaços de vocalização de diferentes interesses que colocaram no centro das políticas públicas a atenção a grupos identitários minoritários – em especial aqueles menos favorecidos pelas benesses do progresso econômico-social, como a população

que vive em municípios fronteiriços.

O Mercosul é também um espaço político de grande importância, em especial, na América Latina, porém com reflexos (in)diretos em municípios fronteiriços. O Mercosul foi criado como um projeto de natureza econômica, mas corresponde, de fato, a uma iniciativa político-estratégica que teve na redemocratização de seus países membros uma importância fundamental. Tornando-se importante a reflexão, sobre a intenção de realizar uma integração que vá além de meros acordos aduaneiros e avancem no sentido de tornar as populações dos países envolvidos, em especial, Argentina e Brasil, sujeitos de suas histórias e trajetórias de emancipação social.

Na realidade, foram adotadas, no Mercosul, obrigações econômicas comuns que devem ultrapassar questões alfandegárias e pressupondo-se acordos políticos, incluindo a cláusula democrática entre os estados membros.

No contexto dos municípios fronteiriços de Dionísio Cerqueira e Barracão, no Brasil e Bernardo de Irigöyen, na Argentina, a realidade social percebida impõe algumas reflexões voltadas para esta realidade. De modo geral, a população usuária dos serviços de saúde demonstra-se paciente, não “se importando” com o longo período de espera ao qual é sujeitada para receber atendimento. Na maioria das vezes conversam entre si sobre situações e problemas vivenciados cotidianamente. É como se, de tanto serem expostos ao fenômeno, ficassem habituados ao mesmo, a ponto até de não mais percebê-lo como algo que precisa ser transformado.

Teixeira (1995, p. 55) afirma que:

Numa sociedade cujos atores políticos são constituídos a partir de múltiplos interesses, sempre postos em discussão e em confronto, assume um peso cada vez maior, na relação entre governantes e governados – ou, se quisermos, entre o Estado e a sociedade –, a busca de relações de consenso. Quando o Estado representa interesses de uma única

e reduzida classe, é normal que use a coerção para impor esses interesses ao conjunto da sociedade; nesse caso, o consenso ocupa um lugar subalterno. Ao contrário, quando a sociedade civil cresce, o consenso passa a ter um peso decisivo na obtenção do aval para que um determinado interesse (ou grupo de interesses) se torne capaz de influenciar na formulação de políticas, ganhando legitimidade.

É importante observar que o Estado, tanto na Argentina quanto no Brasil, continua organizado sob a égide do capital e que, mesmo representando interesses plurais, baseia-se ainda em critérios seletivos, pois vem atuando no sentido de garantir a manutenção de uma esfera econômica “privada”, fora do alcance da esfera política. É o exemplo dos “particulares” e “planos de saúde”. São algumas das estratégias que possibilitam a separação dentre os que podem e os que não podem pagar.

O assistencial presente nas políticas sociais revela-se, ao mesmo tempo, como exclusão e inclusão aos bens e serviços prestados direta ou indiretamente pelo Estado [...]. Para as classes subalternas, as políticas sociais se constituem um espaço que possibilita o acesso a benefícios e serviços que, de outra forma, lhes são negados. (SPOSATI et al., 1985, p.30).

Relações sociais desiguais fazem parte da História Argentina e também da História Brasileira. Foi assim com portugueses, espanhóis e índios, brancos e negros, senhores e escravos, homens e mulheres. Na herança histórica latino-americana, hoje se somam outros padrões atuais da dinâmica da sociedade; e, nesse contexto, vão também se acentuando as desigualdades já existentes e criando e recriando-se novos modelos de relações desiguais. Às vezes, de tanto se conviver com desigualdades, chega-se a incorporar problemas como algo natural, originando-se “certa acomodação”.

Todavia, à medida que a população usuária dos serviços de saúde perceber a desigualdade e os fragmentos de direitos a que está submetida, poderá também criar formas de organização coletiva rumo à concretização de outras maneiras de gestão pública. O que se coloca é a possibilidade da ameaça de cooptação do poder público e/ou privado sobre os interesses da população (BATTINI, 1998).

Daí a necessidade de articulação, instrumentalização e implementação de espaços que se expressem através da organização coletiva, também em âmbito regional dos municípios pesquisados, sob pena de se perder um importante espaço demarcado pela democracia instituída tanto no Brasil quanto na Argentina.

A atenção voltada para a produção social da saúde das populações gera a necessidade de esclarecer as mediações que operam entre as condições reais em que ocorrem a reprodução dos grupos sociais no espaço e a produção da saúde e da doença (MENDES, 1998).

Saúde, como expressão da qualidade de vida, resulta da ação sobre os determinantes, sobre o estado de saúde e sobre suas conseqüências. Portanto, os serviços de saúde, ainda que importantes, são apenas um dos componentes da saúde. Assim, a construção social da prática da vigilância da saúde exige uma ação concomitante e coerente [...] projetos estruturantes (MENDES, 1998, p. 258).

A promoção da saúde é um campo de grande amplitude e cujas características o situam no domínio da ação intersetorial para “além fronteiras”. Assim, dentre os setores que devem participar dessa ação integrada, situam-se obrigatoriamente os serviços de saúde.

Destaca-se o papel do território utilizado pelas populações, na compreensão das situações de saúde e a utilização que se dá diante dos diferentes contextos, os quais se expressam por meio das práticas sociais cotidianas na área

da saúde pública. O desafio é trabalhar o local/regional no contexto dos municípios fronteiriços, como espaço de possibilidades criativas de mudanças, tanto em termos da produção de serviços de saúde, quanto de novas relações de poder em um mundo globalizado.

A aceitação desse desafio assenta-se na adoção do entendimento do local/regional como expressão do contraponto global/local em um mundo globalizado, mas também do pensamento desenvolvido a partir da implementação do Mercosul, para além da simples integração de mercados, incorporando-se, nesse aspecto, a possibilidade da produção integrativa de serviços de saúde destinados a atender demandas da região dos municípios fronteiriços no âmbito do Mercosul.

Também pode se referir à criação de novos modos de produzir e disseminar informação em saúde, ou seja, diz respeito à construção de novos modos de “promover a integração” através da saúde. É impositiva a necessidade de se pensar alternativas de gestão e produção de serviços em saúde nos espaços locais/estaduais, operacionalizados nos municípios. Isto pode ser construído no contexto do Sistema Único de Saúde, que envolvem desde ligações telefônicas, para “acordos informais” entre municípios fronteiriços, até a firmação da Programação Pactuada e Integrada – PPI, com vistas à contribuição efetiva para um projeto de construção social, que dê conta do “dever do Estado e direito do cidadão”.

Sinaliza-se como um dos avanços nesse sentido a realização do I Congresso de Saúde, no coração do Mercosul, nos dias 15 e 16 julho de 2005, nas dependências do Clube Independência na cidade de Dionísio Cerqueira. Foi uma iniciativa das autoridades dos três municípios fronteiriços de Barracão, Dionísio Cerqueira e Bernardo de Irigöyen e teve como resultado o encaminhamento inicial de propostas, como: padronização de vacinas; ação conjunta em caso de catástrofe; atendimento conjunto em acidentes automobilísticos e intempéries físicas; e fatos que necessitem atendimento rápido e sem burocracia. Também foi significativa a realização do

I Congresso Internacional de Odontologia, no coração do Mercosul, nos dias 11 e 12 de novembro, também em 2005. No evento, houve uma apresentação sistematizada das atividades realizadas quanto à Atenção Básica na saúde bucal nos municípios brasileiros de Dionísio Cerqueira e Barracão, respectivamente, e uma explanação técnico-científica a respeito da prevenção de câncer bucal; cursos sobre disfunção crânio mandibular e de traumas; cirurgias e atualidades em odontologia, a cargo de especialistas da Universidade de Corrientes na Argentina.

Na ocasião, a programação colocou em evidência, no decorrer do evento os encaminhamentos e a atenção voltada por parte dos municípios brasileiros em relação à Atenção à Saúde Básica; o município argentino, por sua vez, à média e alta complexidade. Talvez essas propostas iniciais, operacionalizadas através da realização de Congresso, estejam vinculadas ao que Santos (1996) denomina uma “utopia democrática”, porque a transformação que está implícita pressupõe a repolitização da realidade, incluindo as próprias representações - informações – de cada realidade/local, produzidas a partir de uma política de saúde pública concreta, em que é necessário imperar o exercício radical da cidadania individual e coletiva.

É um processo, que se baseia em uma rede de contra poderes de bases governamentais e populares que estabelecem ligações laterais e não têm um sujeito histórico privilegiado. Os seus protagonistas são todos os que, nos diferentes espaços de exercícios de poder, criam e recriam atitudes que promovem a efetivação do acesso à saúde, como um direito humano fundamental social (SANTOS, 1996).

Contudo, as possibilidades de um pensar na direção da produção de serviços de modo integrado entre os municípios da fronteira seca de Dionísio Cerqueira e Barracão no Brasil e Bernardo de Irigöyen na Argentina, exigem mais que a disseminação de informações por ocasião da realização de Congressos, pois implica perspectivas de competência democrá-

tica mais alargada, podendo começar pela articulação entre a democracia existente nos dois países envolvidos, Brasil e Argentina, como por exemplo, através da instauração de mecanismos coletivos de gestão integrativa.

É relevante mencionar que alguns documentos importantes foram viabilizados entre o Estado de Santa Catarina e a Província de Misiones, dentre eles, destaca-se a Carta de Possadas, que data de abril de 2004; anterior à Carta de Possadas, havia o Convênio Marco de Cooperação também entre o Estado de Santa Catarina e a Província de Misiones, firmado em agosto de 2003, com o objetivo de estimular o desenvolvimento e a integração dos respectivos Estado/Província (SANTA CATARINA, 2003).

Dentre as intenções da Carta de Possadas, segundo Pedroso (2004), destacam-se as da Área da Saúde, cujo título é, *Atendendo um espaço comum de entendimento e atenção à população de fronteira*, propondo-se: a) definir o nível de complexidade dos estabelecimentos hospitalares nas localidades de fronteira; b) apresentar registro de atenções por especialistas e compatibilizar medidas de prevenção na região de fronteira, assim como realizar registro de metodologia e fito-medicamentos de uso tradicional; c) criar estruturas formais de recolhimento e processamento de informações em nível local, regional e estadual; d) desenvolver sistemas especializados de apoio na tomada de decisões; e) desenvolver sistemas multimídia para a capacitação e avaliação de recursos humanos a distância e; f) estimular seminários regionais técnico-científicos e favorecer o intercâmbio de informações sobre a atenção a estrangeiros.

Por fim, a realidade impõe avanços no sentido da necessidade da criação de mecanismos legais que auxiliem a integração da oferta de serviços e também de ferramentas de gestão mais eficazes, que permitam a (re) organização dos recursos já existentes destinados à atenção da saúde na região dos municípios fronteiriços no âmbito do Mercosul.

Referências:

BATTINI, Odária. Participação popular e eleições municipais: o papel dos Conselhos Municipais. In: SILVA, Vini Rabassa da Silva (org). **Conselhos Municipais e Poder Local**. Pelotas: EDUCAT, 1998.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. MERCOSUL. 2005. [Página da Internet]. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/>>. Acesso em: 15 maio 2005.

GONZÁLEZ GÓMEZ, Maria Nélide. Para uma reflexão epistemológica acerca da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

MENDES, Eugenio Vilaça **A Organização da saúde no nível local**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

PEDROSO, Karina. **Fronteira Mercosul: regulações e normatizações na área do direito à saúde**. 2004, (Trabalho de Conclusão de Curso). Graduação em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

SANTA CATARINA. **Termo de Cooperação Técnica n. 17.431**, de 22 de agosto de 2003. Convênio Marco de Cooperação entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Província de Misiones – Argentina. Dionísio Cerqueira, 2003.

SANTOS, Milton. **O espaço e o cidadão**. São Paulo: Nobel, 1996.

SOUZA, Jessé. Multiculturalismo, racismo e democracia. In: **Multiculturalismo e Racismo uma Comparação Brasil e**

USA. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 23 a 35

SPOSATI, Aldaíza Oliveira de; et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras:** uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1985.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. **Reforma Sanitária:** em busca de uma nova teoria. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

VIEIRA, Oscar Vilhena. A Constituição como reserva de justiça. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 42, p. 53-97, 1997.